

EDUCAÇÃO SOCIAL NA ADOLESCÊNCIA



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) ressalta, no entanto, que a Educação abrange processos formativos mais amplos que se desenvolvem na vida familiar e na convivência humana junto à sociedade como um todo, em sua dinâmica histórica e cultural. Desta forma, fica compreensível que, em uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade social, com um grande número de jovens e adultos(as) analfabetos(as), com políticas educacionais restritivas no que tange ao acesso às vagas nas escolas públicas, a baixa valorização do magistério, com salários aviltantes pagos aos(as) professores(as) da rede pública de ensino, com dificuldades no atendimento especializado às crianças e adolescentes portadores(as) de deficiências, às crianças com TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer seja negligenciado.

Adolescência como uma construção social

A Psicologia e outras áreas da ciência têm se dedicado ao estudo da adolescência, buscando contribuir a qualificação dos trabalhos profissionais com estes jovens e a compreensão dos “problemas” sociais envolvendo a juventude. Livros, revistas e publicações têm sido produzidos para levar aos pais e educadores um saber mais técnico sobre a adolescência, instrumentando profissionais e pais a lidarem com eles de modo mais competente e eficaz. Ou seja, a adolescência tem se tornado um tema de interesse para o qual se tem criado um saber específico. Em publicação recente, Aguiar, Bock e Ozella (2001) apresentam uma síntese de estudos sobre o conceito de adolescência. Os autores afirmam a marca indelével da Psicanálise na construção do conceito e identificam no início do século XX, com Stanley Hall, a introdução da adolescência como objeto de estudo da Psicologia. Concebida como uma fase da vida do homem, ela foi identificada como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade. Foi Erickson (1976), no entanto, que institucionalizou a adolescência. Apresentou-a a partir do conceito de moratória e a caracterizou como uma fase especial no processo do desenvolvimento, na qual a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria a marcavam como “...um modo de vida entre a infância e a vida adulta” (Erickson, 1976, p.128). Erickson foi seguido por muitos autores. Na América Latina cabe destacar Aberastury e Knobel (1989) que, com sua obra, tornaram-

se referência para profissionais de várias áreas. Knobel introduziu a noção de “síndrome normal da adolescência”, caracterizada por uma sintomatologia que inclui: “1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, em que o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, desde o auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo” (Knobel, 1989, p.29) Note-se que as concepções correntes, até então, concebiam a adolescência como uma etapa natural do desenvolvimento, tendo um caráter universal e abstrato. Inerente ao desenvolvimento humano, a adolescência não só foi naturalizada, mas também percebida como uma fase difícil, uma fase do desenvolvimento, semi-patológica, que se apresenta carregada de conflitos “naturais”. A cultura aparece apenas como molde da expressão de uma adolescência natural que, por outro lado, sofre com a pressão exercida pela sociedade atual, a qual impõe a moratória ao adolescente pela dificuldade e demora para ingressar no mundo do trabalho. Nessas construções teóricas, encontramos a visão de que o homem é dotado de uma natureza, dada a ele pela espécie e, conforme cresce, se desenvolve e se relaciona com o meio, atualizando características que já estão lá, pois são de sua natureza. A adolescência pertence a esse conjunto de aspectos. Suas características são decorrentes do “amadurecer”; são hormônios jogados na circulação sanguínea e o desabrochar da sexualidade genital os fatores responsáveis pelo aparecimento da sintomatologia da adolescência normal. Inúmeros estudos têm sido feitos sem que se apresente uma nova versão ou conceituação para a adolescência capaz de superar a visão naturalizante. David Levinsky (1995) conceitua a adolescência como sendo uma fase do desenvolvimento evolutivo, em que a criança gradualmente passa para a vida adulta de acordo com as condições ambientais e de história pessoal. Levinsky entende a adolescência como de natureza psicossocial, no entanto, ao debater o surgimento da fase, vincula-a à puberdade e ao desenvolvimento cognitivo. Para o autor, a adolescência é caracterizada pelo modo com que a sociedade a representa, ou seja, nas sociedades modernas ela é mais lenta e dolorosa e já nas primitivas, ela era

agilizada e atenuada pelos ritos de passagem e pela maior facilidade em participar do mundo adulto. Ao lado desta leitura mais social e cultural, Levinsky refere-se às crises universais na adolescência ligadas ao tabu do incesto. A sociedade e a cultura agravam a crise dos adolescentes com sua hipocrisia e paradoxos, introjetando no adolescente seus defeitos de forma projetiva. Içami Tiba (1985), outro autor brasileiro de grande repercussão na área, define a adolescência como uma fase do desenvolvimento não estabilizada por tempo de duração, mas que sempre tem início após a puberdade, e nada mais é do que a maturação filogeneticamente programada do aparelho reprodutor. A adolescência seria uma fase de reestruturação do “núcleo do eu”, quando as estruturas psíquicas/corporais, familiares e comunitárias sofrem mudanças conflitantes. Lutos e fragilidades psíquicas afloram neste período em que o adolescente tende a buscar autonomia, liberdade, prazer e status, agindo de maneira compulsiva e agressiva. A cultura aparece como reflexo dos aspectos corporais e psicológicos (naturais), assim como os modos de produção da vida também não são vistos como constitutivos da adolescência. Outeiral (1994) é outro autor brasileiro utilizado como referência na área. Para ele, a adolescência é uma fase do crescimento humano que se caracteriza pela definição da identidade. Seu início se dá com as transformações do corpo, ou seja, com a puberdade, e se estende até que a maturidade e a responsabilidade social sejam adquiridas pelo indivíduo. A adolescência é dividida, por Outeiral, em três fases: na primeira, o jovem vivencia uma passividade em relação as suas transformações corporais, criando-se a partir daí um sentimento de impotência frente ao mundo e à realidade. Na segunda, a crise se dá por um choque entre gerações, já que a estrutura familiar vivida hoje é muito diferente da estrutura vivida por seus pais. A busca da independência é o foco central, incluindo a busca da definição sexual. Na terceira e última fase, a busca se dá pela identidade profissional e inserção no mercado de trabalho, ou seja, a busca de reconhecimento pela sociedade e a independência financeira. Para Domingues e Alvarenga (1991), a adolescência é uma fase para o ingresso na vida adulta e que, pelo fato de não haver precisão sobre seu início e seu término, demarcados através de rituais socialmente reconhecidos, a adolescência é vivida sob forma de imensa contradição e ambigüidade. No mais, é um fenômeno das sociedades modernas surgidas no final do século XIX e início do século XX com o incremento da urbanização e industrialização, emergindo entre a infância e a vida adulta como um período intermediário. Segundo as autoras, vivenciar experiências com seus grupos de pares seria a maior aspiração, pois deste

modo deixam de ser crianças, estabelecendo novas relações com seus pais e familiares. Melucci (1997) afirma que a adolescência é a idade da vida em que se começa a enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade. Nesta idade, o futuro é visto como um conjunto de possibilidades, prevalecendo sua orientação. Essas possibilidades podem se tornar fantasmas, por não haver tempo para realizá-las. Bajoit e Franssen (1997) relacionam a adolescência à experiência no mercado de trabalho, entendendo-a como um momento decisivo na definição da identidade do jovem. Apontam que, no entanto, a referência ao trabalho tradicional se tornou impraticável por sua dificuldade de inserção, sendo esta degradação vivida como crise. Eles realizaram um estudo interessante, mostrando como em cada grupo social esta crise é vivida diferentemente. Em jovens do meio popular a representação do trabalho está mais ligada a normas tradicionais e o desemprego é vivido como exclusão; já, entre os jovens da classe média desvalorizam o trabalho assalariado preferindo um projeto de autorealização e o desemprego é vivido como tempo para redefinição de projetos existenciais. Peralva (1997) coloca a adolescência como uma fase do crescimento, provindo da cristalização das “idades da vida”, sendo que estas fases aparecem hierarquizadas. O velho se impõe sobre o novo; o passado informa o futuro e esta definição cultural da ordem moderna define as relações entre adultos e jovens, estabelecendo o lugar no mundo para cada idade da vida. O jovem é aquele que se integra mal, resiste à socialização, se desvia do padrão, sendo a representação do desvio. Estudos como os de Becker (1989) e Calligaris (2000) trouxeram elementos culturais para a leitura da adolescência, mas não superaram a visão abstrata do conceito. Becker (1989) propõe que olhemos a adolescência como “a passagem de uma atitude de simples espectador para uma outra ativa, questionadora. Que inclusive vai gerar revisão, autocrítica, transformação” (Becker, 1989, p.10). A adolescência concebida como transformação, toma da sociedade e da cultura, as formas para se expressar. Partindo da adolescência como moratória, Calligaris (2000) analisa, de forma rica, as dificuldades que os jovens vão encontrar na sociedade para se inserirem, nesta fase denominada adolescência, fase esta instituída na nossa cultura e que, para o autor, só se tornou problemática, merecendo destaque em nossos estudos, quando “o olhar adulto não reconheceu nelas os sinais da passagem para a vida adulta” (Calligaris, 2000, p.20). Calligaris avança na direção da superação do conceito abstrato afirmando: “...Numa sociedade em que os adultos fossem definidos por alguma competência específica, não haveria adolescentes, só candidatos e uma iniciação pela qual seria fácil

decidir: sabe ou não sabe, é ou não é adulto. Como ninguém sabe direito o que é um homem ou uma mulher, ninguém sabe também o que é preciso para que um adolescente se torne adulto. O critério simples da maturação física é descartado. Falta uma lista estabelecida de provas rituais. Só sobram então a espera, a procrastinação e o enigma, que confrontam o adolescente – este condenado a uma moratória forçada de sua vida – com uma insegurança radical...” (Calligaris, 2000, p.21). O autor caminha investigando as dificuldades dos jovens em obterem da sociedade informações que lhes possibilitem superar a moratória e finalmente conclui que, o adolescente, na falta de definição ‘do que ser’, torna-se um intérprete dos desejos adultos. “...o adolescente é levado inevitavelmente a descobrir a nostalgia adulta de transgressão, ou melhor, de resistência às exigências antilibertárias do mundo. Ele ouve, atrás dos pedidos dos adultos, um ‘Faça o que eu desejo e não o que eu peço’E atua em conseqüência” (Calligaris, 2000, p.28). Assim, Calligaris retoma uma concepção abstrata da adolescência: a fonte da adolescência está nos desejos adultos e não nas formas de vida. Tanto em uma versão quanto em outra, a adolescência fica concebida como uma fase difícil, uma fase problemática da vida, que deve ser superada. As características específicas da adolescência (se é que existem) são tomadas como negativas ou como “bobagens da idade”. Além disso, pode-se apontar como um elemento importante de crítica o fato da adolescência, conceituada no âmbito da Psicologia, estar fundamentada em um único tipo de jovem, como apontou Santos (1996): homem-branco-burguês-racional-ocidental, oriundo em geral da Europa ou dos Estados Unidos. Os estudos, em sua maioria, são feitos a partir da existência desses jovens, não se buscando em outros grupos a suas idiossincrasias; ao contrário, como se toma a adolescência como universal e natural não há qualquer necessidade de buscar outros grupos para completar os estudos. Esses são buscados apenas para a aplicação dos conceitos já construídos. Criticar a perspectiva naturalizante se torna uma necessidade, pois a Psicologia, ao desenvolver perspectivas naturalizantes, deixa de contribuir para leituras críticas da sociedade e para a construção de políticas adequadas para a juventude, responsabilizando, com sua leitura, o próprio adolescente e seus pais pelas questões sociais que envolvem jovens, como a violência e a drogadição. O objetivo deste estudo foi de fazer uma revisão crítica sobre a concepção de adolescência que tem sido divulgada, em nossa sociedade, através de livros e publicações destinadas a pais e educadores. O estudo pretende também analisar as orientações de condutas que têm sido decorrentes desta concepção. Pretende-se contribuir para a superação de

concepções naturalizantes que têm marcado o conceito e rerepresentá-lo, a partir da perspectiva sócio-histórica em Psicologia, como uma produção social, assim como indicar subsídios para uma “nova” prática com adolescentes e para a construção de políticas públicas que tomem o jovem como ator social importante. A análise crítica que se pretende fazer, sobre as produções conceituais da adolescência, parte da perspectiva sócio-histórica em Psicologia. Uma perspectiva que, tendo base no marxismo, entende que o indivíduo se desenvolve a partir de sua relação com o mundo social e cultural. “...o homem se torna mais individual e pode desenvolver uma atividade totalmente autônoma, necessariamente através de um grande desenvolvimento das relações sociais, da realidade humana objetivada e com a plena socialização do indivíduo” (Duarte, 1993, p.157). Leontiev, psicólogo soviético, em seu texto “O Homem e a Cultura”, apresenta com clareza estas idéias. “Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico pela sociedade humana” (Leontiev, 1978, p.267). Em estudo anterior sobre o fenômeno psicológico, Bock (2001) encontrou duas visões antagônicas denominando-as de “visão liberal” e “visão sócio-histórica”, acompanhando as grandes vertentes do pensamento positivista e marxista de nosso tempo. Estas visões são referência para o estudo que ora se apresenta. A concepção sócio-histórica se contrapõe à concepção de base liberal, na qual o homem é concebido a partir da idéia de natureza humana. Seria possuidor de uma natureza que permite com seu desenvolvimento que se torne homem, tal qual o conhecemos. Haveria assim, um homem apriorístico dentro de cada um de nós, um homem em potencial com seu desenvolvimento previsto pela sua própria condição de homem. Esse desenvolvimento pode ser facilitado ou dificultado pelo meio externo, social e cultural. O homem é livre e dotado de potencialidades naturais que necessitam de condições adequadas para se atualizarem, se concretizarem, permitindo a realização daquilo que é potencial, dada a natureza humana. Quanto à relação do homem com a sociedade, encontramos a visão de que a sociedade é sempre algo externo e independente dele e essa deve estar organizada para facilitar e contribuir com o seu desenvolvimento do potencial. A sociedade é vista como algo contrário às tendências naturais do homem e é compreendida e estudada sempre como algo que é externo e estranho à natureza humana, pois não faz parte da Natureza. Suas forças são contrárias às tendências humanas. Na visão sócio-histórica, utilizada como referência, o Homem é visto como um ser histórico,

isto é, um ser constituído no seu movimento e ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade. Um ser que tem características forjadas pelo tempo, pela sociedade e pelas relações, imerso nas relações e na cultura das quais retira suas possibilidades de ser e suas impossibilidades. Um homem que está situado no tempo histórico e que terá sua constituição psíquica determinada por essa condição. A relação indivíduo/ sociedade é vista como uma relação dialética, na qual um constitui o outro. O homem se constrói ao construir sua realidade. A sociedade passa a ser imprescindível para a compreensão da forma de se apresentar do homem; do humano. Não se pode conhecer o humano se não for pela sua relação com as formas de vida e as relações sociais. O próprio fenômeno psicológico é histórico, permitindo que se entenda o que está aí como padrão, como algo mutável, resultante de um determinado padrão de relações e de critérios dominantes que respondem a interesses sociais de imposição de uma determinada visão de saúde. O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social em individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo. Conhecê-lo desta forma significa retirá-lo de um campo abstrato e idealista e dar a ele uma base material vigorosa. Permite ainda que se supere definitivamente visões metafísicas do fenômeno psicológico que o conceberam como algo súbito, algo que surge no homem, ou melhor, algo que já estava lá, em estado embrionário, e que se atualiza com o amadurecimento humano.

Modelo Escolar

Uma escola voltada à cidadania tem, conseqüentemente, por finalidade uma formação para a democracia. Assim, deve contemplar a possibilidade dos estudantes construírem e desenvolverem experiências favoráveis a essa formação: a compreensão da sociedade em que vivem, o conhecimento dos princípios e valores democráticos, a análise de situações sociais problemáticas que requerem soluções visando o bem estar de todos e não somente o de alguns, a identificação e discussão de conflitos interpessoais e de valores presentes no cotidiano, etc. (SCRIPTORI, 2005, p. 222-3).

A Escola, enquanto espaço formal de garantia de acesso à educação de qualidade, ao esporte, à cultura e ao lazer, passa a fazer parte integrante e importante na Rede de Proteção à Infância e Adolescência, constituída a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, como é possível visualizar nos Art. 55 e 56.

Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I-maus-tratos envolvendo seus alunos;

II-reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III-elevados índices de repetência.